Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Chico Leite será o novo Ouvidor do MPDFT



Arquivo Pessoal

O procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur, indicou ontem o procurador de Justiça Francisco Leite de Oliveira para o cargo de Ouvidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O mandato terá duração de dois anos. A indicação ocorre após o Conselho Superior do MPDFT ter elaborado na última sexta-feira, a lista tríplice para o cargo. Chico Leite recebeu oito votos, a promotora de Justiça Kátia Christina Lemos, três votos, e o promotor de Justiça Flávio Augusto Milhomem, dois votos. A votação foi aberta aos membros do Conselho Superior e contou com a participação de oito procuradores de Justiça. Cada um podia votar em até três nomes. Chico Leite substitui na função o promotor de Justiça Libânio Rodrigues, que chefiou a Ouvidoria por dois mandatos. Entre 2003 e 2018, Chico se licenciou do MPDFT para cumprir mandatos de deputado distrital por quatro legislaturas, de 2003 a 2018, sendo Ouvidor da Câmara Legislativa nos últimos dois anos de mandato.

Audiência pública discute a desburocratização para a realização de eventos

O deputado distrital Pepa (PP) promoveu, ontem uma audiência pública na Câmara Legislativa para discutir a desburocratização para a realização de eventos no Distrito Federal. A iniciativa do deputado surgiu após diversas reclamações de empresários e produtores culturais que relataram dificuldades para a obtenção de autorizações e licenças necessárias para a realização de eventos na capital federal. Segundo eles, as exigências excessivas acabam inviabilizando a realização de eventos e impactando negativamente na economia local. Durante a audiência, foram debatidas propostas para simplificar o processo de obtenção de alvarás para a realização de eventos culturais de diferentes naturezas.



Divulgação/CLDF

"Brasília pulsa cultura"

Entre as propostas apresentadas, está a criação do Evento Fácil, plataforma on-line para a solicitação de autorizações e a unificação dos órgãos responsáveis pela fiscalização dos eventos. O deputado Gabriel Magno (PT) participou da audiência: "A legislação sobre eventos do DF precisa de revisão. O próprio governo muitas vezes não consegue cumprir o que está na legislação ao realizar eventos. Precisamos avançar na desburocratização das leis. Brasília pulsa e vive cultura".

Agilidade, mas com controle

Parte da burocracia na autorização de eventos, no entanto, existe para evitar ou dificultar fraudes. Esse tipo de controle não pode ser dispensado.

Projeto prevê criação do programa "Médico Solidário"



Cristiano Costa/Fecomércio

O deputado Federal Rafael Prudente do MDB-DF apresentou projeto de Lei que institui o "Programa Médico Solidário", que dispõe sobre o serviço social profissional obrigatório para graduados no curso de medicina, egressos de universidades públicas ou cuja formação superior tenha sido custeada, no todo ou em parte, por programas de financiamento estudantil do poder público, como FIES e PROUNI. De acordo com o projeto, os médicos deverão, como forma de contrapartida social, ficar à disposição dos governos dos estados onde se graduaram para a prestação de 20 horas semanais de serviço na área de saúde, pelo prazo de 24 meses ininterruptos. Os serviços deverão ser prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS) ou a instituições da sociedade civil sem fins lucrativos.

Pacto pela democracia



CNMP/Divulgação

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), reunirá, em 29 de março, procuradores-gerais dos ramos e das unidades dos Ministérios Públicos e representantes dos três poderes para a solenidade de assinatura do Pacto Nacional em Defesa da Democracia. O evento será conduzido pelo presidente do CNMP, Augusto Aras. Entre outras autoridades, assinarão o pacto os ministros da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, e da Educação, Camilo Santana. Na ocasião, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármem Lúcia apresentará palestra magna sobre democracia e Estado de Direito.

CLP E MBC firmam parceria para defender aprovação de projetos

O Centro de Liderança Pública (CLP) completa 15 anos este mês ampliando a sua frente de atuação. A ONG firmou parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) para conjuntamente promoverem ações que possam favorecer a aprovação no Congresso Nacional de pautas relevantes para o país, como a Reforma Tributária. Devem ser promovidos encontros em Brasília com parlamentares para debater os projetos em tramitação.

TCDF libera licitação para etapas 3 e 4 do Aterro Sanitário de Brasília

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) autorizou a continuidade da licitação para contratação de empresa que será responsável pela implantação, operação e manutenção das Etapas 3 e 4 do Aterro Sanitário de Brasília. O SLU ainda precisa corrigir o edital, mas as alterações são de baixa complexidade e representam apenas 1% do orçamento total, atualmente estimado em R$ 159 milhões.

SÓ PAPOS

"Contrabando de joias é só a cereja do bolo da corrupção de Bolsonaro. Rachadinha, orçamento secreto, compra de votos, invasão de dados de desafetos. Esse é o genocida, usou e abusou do poder público para si e para os seus. Posava de simples mas no fim a ganância era grande"

Deputada Gleisi Hoffmann *(PT-PR)*, presidente nacional do PT



Bruno Peres/CB/D.A Press

"Cresce (engajamento bolsonarista) nas redes, nas ruas, nas cidades, nas florestas, nos campos e no mundo inteiro. Cresce porque Bolsonaro não é corrupto, fez um excelente governo e enfrenta, sem medo, a esquerda brasileira que insiste em cometer os mesmos erros que a esquerda já cometeu em outros países"

Senadora Damares Alves *(Republicanos-DF)*



Geraldo Magela/Agência Senado

O **Correio** *Debate* reúne autoridades e especialistas para discutir ações efetivas de enfrentamento à violência doméstica. Só este ano, oito mulheres perderam a vida no DF, vítimas de atos covardes de companheiros ou ex-companheiros

Sociedade unida contra o feminicídio

» CARLOS SILVA*

A violência contra a mulher por parte de seu companheiro não é algo que se restringe às paredes de um lar e não deve ser banalizada. É uma situação que atinge as famílias, a comunidade ao redor e toda a sociedade, que deve se engajar no enfrentamento das ocorrências antes que elas se transformem em tragédias. No Distrito Federal, oito mulheres foram assassinadas somente este ano — e é preciso dar um basta a essa sequência alarmante. No **Correio** *Debate*, que será realizado hoje, o objetivo é promover um ambiente de discussão que amplie a agenda de ações locais a uma esfera que ofereça a visibilidade necessária a essa questão, que é humanitária e de interesse nacional.

Com o tema "Combate ao feminicídio: responsabilidade de todos", o seminário promovido pelo jornal reúne autoridades governamentais, empresariais e acadêmicas. O evento ocorre das 14h às 18h, no auditório do **Correio**, com transmissão ao vivo pelas redes sociais e em site especial. Ao final, o conteúdo ficará disponível e poderá ser visualizado a qualquer momento.

De acordo com a colunista do **Correio** Ana Maria Campos, que mediará o debate, "o feminicídio está se tornando uma epidemia no nosso país" e, por isso, é de suma importância realizar um evento como este, para reunir toda a população. "Toda a sociedade precisa colaborar, porque, neste caso, o algoz muitas vezes é alguém de dentro de casa, de quem quase sempre a vítima tem dependência emocional e financeira. Mas não é um fenômeno restrito a nenhuma classe social. O **Correio** busca engajar a sociedade em um pacto nacional para salvar as mulheres", afirma.

Correio *Debate*

Combate ao Feminicídio: responsabilidade de todos
Onde: Auditório do **Correio**
Quando: Hoje
Horário: 14h às 18h

Apoio da mídia

A coordenadora da editoria de Cidades do **Correio**, Adriana Bernardes, que também será mediadora do encontro, chama a atenção para a divulgação de ações de proteção às vítimas, bem como dos esforços feitos para isso. "Divulgar ações e políticas voltadas para as vítimas e acompanhar o que as autoridades têm de ações e quais investimentos estão sendo feitos é o papel, não só da imprensa, como de toda a sociedade", pontua a jornalista. Ela também destaca a importância da presença da sociedade nessa discussão, e a ótica plural de diversos painéis e nomes voltados para a questão, a fim de entendê-la. "O combate e a prevenção ao feminicídio são temas complexos que exigem olhares diversos e o envolvimento de diferentes órgãos do poder público, além da participação da sociedade civil", comenta.

A jornalista também reforçou o papel dos veículos de mídia na promoção da discussão deste tema, para que possamos compreender a razão de tão hediondos crimes. "Precisamos falar e precisamos ouvir sobre as razões que levam homens a assassinarem as mulheres, na perspectiva de gênero, para que possamos ter uma sociedade em que a mulher exista, de fato, como ser pleno de direitos, como está escrito na Constituição Federal", ressalta.

Programação

Na abertura, estão previstas as presenças da governadora em exercício do DF, Celina Leão, e da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

Renato Alves Agência Brasília



Celina Leão, governadora em exercício do DF

Ed Alves/CB/DA.Press



Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial

O primeiro painel tem como tópico principal "De casa à escola: o caminho da mudança", com a superintendente do Sebrae/DF, Rose Rainha; a juíza do TJDFT e especialista em gênero Rejane Jungbluth Suxberger; a antropóloga, professora emérita da UnB e doutora em Ciências Humanas Lia Zanotta Machado; e a psicóloga da Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor do Ministério da Saúde, Valéria Brito.

Após a participação de Fabriziane Zapata, juíza do Núcleo do Judiciário da Mulher do TJDFT, o debate segue para o segundo momento, que tem como tema "Avanços na legislação e desafios da implementação". Para este momento, foram convidados Thiago Pierobom, titular da 2ª Promotoria de Violência Doméstica em Brasília e colaborador do Núcleo de Direitos Humanos do MPDFT; Cristina Tubino, presidente da Comissão de Enfrentamento da Violência Doméstica da OAB-DF; e Jane Klebia do Nascimento, delegada da Polícia Civil e deputada distrital.

No terceiro painel, será discutido o papel da sociedade no combate ao feminicídio. Neste momento, participam a ministra do Superior Tribunal Militar Maria Elizabeth Rocha; a secretária de Estado da Mulher do DF, Giselle Ferreira; e a advogada Daniela Teixeira, autora da Lei Federal nº 13.363 de 2016.

O encerramento tem participação prevista do secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Capelli. O vice-presidente executivo do **Correio**, Guilherme Machado, finaliza o evento.

***Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti**